

RO
MAN
TIS
MO

IVAN JAF

**José de Alencar
e *O GUARANI***

Ilustrações
Verônica Berta

2021



OBRA-PRIMA
coleção



**Editora
Saraiva**

José de Alencar e *O guarani*

© Ivan Jaf, 2021

Presidência

Direção de Operações

Direção Editorial

Gerência Editorial e de Negócios

Gerência Editorial

Coordenação Editorial

Edição

Mario Ghio Júnior

Luiz Fernando Suguimoto

Daniela Lima Villela Segura

Carolina Tresolavy

Fabio Weintraub

Laura Vecchioli

Hires Héglan e Juliana Muscovick

Projeto Gráfico e Edição de Arte

Diagramação

Planejamento e Controle de Produção

Revisão

Projeto Pedagógico

Iconografia:

Nathalia Laia

Thatiana Kalaes

Flávio Matuguma, Juliana Batista

e Juliana Gonçalves

Andréa Bruno e Sílvia Campos

Chantal Castelli

Claudia Bertolazzi (coord.),

Jad Silva (pesquisa iconográfica)

e Fernanda Crevin (tratamento de imagens)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Jaf, Ivan
José de Alencar e *O guarani* / Ivan Jaf. – 1. ed.
– São Paulo : Saraiva, 2021.

ISBN: 978-65-58670-01-8

1. Alencar, José de, 1829-1877. *O guarani* –
Ficção 2. Ficção Brasileira I. Título.

20-4490

CDD: B869.3

Angélica Ilacqua – CRB-8/7057

CL: 801932

CAE: 736765

2021

1ª edição

1ª tiragem

Impressão e acabamento:



Direitos desta edição cedidos à Somos Sistemas de Ensino S.A.

Av. Paulista, 901, Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01310-200

Tel.: (0xx11) 4003-3061

Conheça nosso portal de literatura Coletivo Leitor:

www.coletivoleitor.com.br

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



*A imaginação é um prisma brilhante,
que reflete todas as cores que decompõem
os menores átomos de luz, que faz cintilar
um raio do pensamento por cada uma
de suas facetas diáfanas.*

José de Alencar



1

capítulo

José de Alencar tinha 27 anos, dirigia um jornal pequeno e falido e não havia publicado nenhum livro. Não podia contar com a proteção ou o prestígio de uma família importante. Não era filho de barão plantador de café nem de presidente de companhia capitalista. Era fruto de uma união “ilícita” entre um padre e uma prima. Um pai republicano, que encabeçara várias revoluções contra a monarquia, antes e depois da Independência. Um revolucionário que havia sido preso muitas vezes e arrastara a própria mãe para a prisão. Bárbara de Alencar, avó de José de Alencar, foi a primeira presa política do Brasil. Belo currículo!

O barulho de alguém martelando no andar de baixo não parava. Alencar precisava escrever oito artigos para o paginador do jornal antes do almoço. O tipógrafo estava esperando. Era dezembro; 1856 estava terminando e, nessa época, os compromissos aumentavam.

Havia alugado aquele maldito sobrado na praça da Constituição para ficar mais perto da redação do *Diário do Rio de Janeiro*. O proprietário não podia fazer uma obra daquelas com o sobrado alugado. O galego miserável estava botando paredes abaixo no térreo, só faltava tudo desabar. Morrer assim seria bem simbólico. Um escritor querendo realizar uma obra e terminar entre escombros.

Eles o tinham contratado como gerente-redator do *Diário* para reerguer o jornal. Ou conseguia leitores e assinantes, ou o jornal acabava e ele ia para o olho da rua.

Foi até a janela e viu, na calçada, um homem escravizado forte banhado em suor batendo com o enxó em um tronco de mais de

4 metros de comprimento. Aquele tronco imenso seria aplainado até virar uma viga. Outros como ele esperavam sua vez numa pilha da altura de um homem. Aquilo não acabaria tão cedo.

As colunas mais lidas dos jornais eram as da seção "A pedidos". Nelas, pagando alguns mil réis, ou até de graça, um sujeito usando um pseudônimo podia falar difamar e insultar alguém, além de inventar mentiras. Eram muito usadas para a crítica literária.

Em seus livros, os escritores costumavam ser líricos, delicados e sensíveis, porém, em "A pedidos", tornavam-se desrespeitosos, maledicentes, truculentos e respondiam aos insultos com insultos e piores. As polêmicas progrediam com réplicas e tréplicas, cada vez mais violentas; muitas vezes descambavam para socos e pontapés, e até duelos, porque, num ambiente intelectual tão restrito como era o do Rio de Janeiro no século XIX, sempre se descobria a identidade do inimigo por trás do pseudônimo.

A afronta por meio da imprensa era quase um gênero literário. Quanto mais agressivo o debate, melhor. Os leitores adoravam. Compravam o jornal por isso.

Todos os poetas e escritores já haviam tido seus embates pelos jornais: Manuel Antônio de Almeida, Pinheiro Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo, Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias...

Polemizar era um meio seguro de aumentar a venda de exemplares. Resolveria o problema de José de Alencar em seu novo emprego.

Quanto mais famoso o escritor destratado, mais repercussão. No meio do ano, Alencar desafiara um homem de letras famoso, importante, reconhecido e poderoso. E acabou criando a maior polêmica jornalística de toda a história do Rio de Janeiro. Tinha agido certo.

Só não podia imaginar que o próprio imperador dom Pedro II entraria na briga.

Foi como um rato sair da toca para polemizar com o gato.



2

capítulo

Dom Pedro II gostava de conviver com artistas, escritores e poetas. Os salões do Paço Imperial e da residência de São Cristóvão estavam sempre abertos para saraus literários. Havia liberdade de expressão. Ele apreciava sinceramente a arte, porém não escondia a preferência por quem se mostrava submisso e reverente. Usava seu poder para influenciar a cultura e o gosto, cooptar os intelectuais e afastá-los das “más influências” estrangeiras, do Romantismo exaltado de Byron, da república, do federalismo.

Para guiar a cultura pelos caminhos que achava corretos, não censurava, mas usava o mecenato e os títulos honoríficos. Recompensava o servilismo e a bajulação com dinheiro: bolsas de estudo, viagens à Europa, empregos públicos, pensões, financiamentos de pesquisas, patrocínios... e comendas como: Cavaleiro da Ordem da Rosa, Imperial Ordem do Cruzeiro, Ordem de Pedro I, Ordem de Avis, Ordem de Cristo e a Ordem de Santiago da Espada.

Para as condecorações, dom Pedro II pelo menos não mexia nos cofres públicos: o agraciado tinha de pagar a distinção do próprio bolso.

Aceitando dinheiro e honrarias, o escritor ficava na obrigação de ser grato, fiel e subserviente. Para a expressiva maioria não era um problema; ao contrário, os escritores esmeravam-se bastante nisso. Tratavam-no como o “pai da pátria”, o “pai do povo”, “o magnânimo” e o “brasileiro excelso”.

Todo 2 de dezembro, dia do aniversário do monarca, os jornais ficavam sem espaço para tantos poemas de saudação e louvores em prosa.

Quase todos os livros eram dedicados a dom Pedro II. Com uma bela dedicatória podia-se conseguir um emprego para a vida toda.

*Digne-se Vossa Majestade Imperial aceitar a minha oferta
e a acolher.*

*Com os mais ardentes votos pela vida e prosperidade de
Vossa Majestade Imperial, beija as sagradas mãos de Vossa
Majestade Imperial o de Vossa Majestade Imperial mais fiel
e reverente súdito,*

Fulano de Tal

Ou, no próprio livro de poemas, podia haver estrofes do tipo:

*Monarca mais ilustrado,
De mais virtude ornado
Não houve nunca, não há;
É ele o nosso paládio;
No seu cetro, no seu gládio,
Da Nação a vida está.*

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 com o propósito de coletar e publicar documentos importantes para a história e a geografia do Brasil, aceitou logo a proteção do imperador, que passou a presidir todas as sessões, orientando debates, sugerindo pesquisas e propondo temas, que sempre eram considerados muito pertinentes. Em todas as reuniões, lá no segundo andar do Convento do Carmo, o monarca chegava às cinco e meia da tarde em ponto, mesmo embaixo de chuva torrencial.

Os saraus no Paço e no Palácio de São Cristóvão eram mais informais, sem dia certo. Aconteciam geralmente em torno de algum poeta ou escritor, que ia lá ler sua obra na esperança de ver a edição bancada pelo imperador.

Às vezes liam seus próprios livros inteiros. Durante horas.

Era um ambiente de fofoca, malícia, despeito e calúnia, camuflados por hipocrisia e bajulação. Nada, porém, que se comparasse às

baixarias das colunas de "A pedidos", porque, afinal, os adversários estavam bem ali, à distância de um soco.

O maior incômodo era que dom Pedro II também se considerava poeta e, quando recitava um soneto de sua autoria, era constrangedor.

A maioria elogiava. Poucos se limitavam a um comentário respeitoso e inócuo. Todos o consideravam um poeta hediondo, com um gosto artístico medíocre, mas ninguém se atrevia a dizer isso.

O escravizado continuava lá na calçada batendo com o enxó. O tronco bruto teria de ficar com os quatro lados aplainados. Alencar achou melhor escrever os artigos na redação do jornal.



3

capítulo

No final de 1854 desembarcou no Rio, vindo da Itália, o manuscrito causador da polêmica criada por José de Alencar para aumentar as vendas do *Diário do Rio de Janeiro*.

A obra já era esperada. O autor trabalhava nela havia sete anos. Ali estavam, na bagagem do poeta, os originais de um longo poema épico que, para o autor, certamente ocuparia o primeiro lugar entre os monumentos da literatura brasileira.

Uma obra tão importante e fundamental que seu criador não confiou nos correios e veio trazê-la pessoalmente ao imperador.

O nome do poeta era Domingos José Gonçalves de Magalhães. Filho de português ilustre, 43 anos, médico, professor, dramaturgo, escritor e diplomata. Logo depois de formado pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, viajou à Europa para cursos de especialização e acabou entrando em contato com as ideias românticas.

Em 1836, publicou um livro de poemas chamado *Suspiros poéticos e saudades*, cujo prefácio virou manifesto do Romantismo brasileiro. Reuniu os amigos Araújo Porto-Alegre e Torres Homem e lançou a revista *Nitheroy*, na qual continuou propagando os ideais da nova escola literária que dominava a Europa e se expandia pelo resto do mundo.

Foi considerado “chefe” do Romantismo nacional e escreveu duas tragédias de sucesso para o teatro, *Antônio José* e *Olgiato*. Em 1847, entrou para a carreira diplomática e partiu de novo para a Europa.

Começou a escrever o tal poema épico assim que chegou a Bruxelas, na Bélgica, e o continuou pelos países por onde andou, até terminá-lo em Nápoles, na Itália. Antes de assumir um novo posto lá, dessa vez na Sardenha, veio ao Brasil mostrar seu “monumento da literatura pátria”.

Esse grande momento aconteceu na tarde de 30 de janeiro de 1855, num sarau promovido por dom Pedro II no Palácio de São Cristóvão. Dia triunfal para Gonçalves de Magalhães. Cercado pela nata da intelectualidade da Corte, ele leu seu original. E leu, leu, leu...

Durante sete horas seguidas.

Dez cantos, em versos decassílabos, às vezes rimados. Mais de 6 mil versos.

Era *A confederação dos tamoios*. Uma obra romântica indianista. A exaltação das virtudes dos primeiros habitantes do Brasil. Uma forma de afirmar nossa nacionalidade.

O poema estava mesmo cheio de índios: Pindobuçu, Aimbire, Comorim, Iguaçú, Jagoanharo, Araraí, Tibiriçá, Potira, Tangape-ma, Parabuçu, Cairuçu... E também repleto de figuras históricas consideradas importantes: José de Anchieta, padre Manuel da Nóbrega, Villegagnon, Brás Cubas, Estácio de Sá, Mem de Sá, dom Pedro Leitão... Até dom Pedro II aparecia, com o avô, dom João VI, e o pai, dom Pedro I.

Época: a fundação da cidade do Rio de Janeiro. Tema: a invasão francesa, a reação dos portugueses e a união dos tamoios contra os portugueses.

Embora se passasse trezentos anos antes, o poeta deu um jeito de introduzir os três monarcas na história. A solução mirabolante foi fazer Jagoanharo dormir, no sexto canto, e sonhar com São Sebastião. O santo então levava o índio até o alto do morro Corcovado e de lá mostrava o futuro da cidade da qual era padroeiro: a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, a elevação do Brasil a Reino Unido, a volta de dom João VI a Portugal, a proclamação da

Independência, a fundação do Império, a abdicação de dom Pedro I, a maioridade de dom Pedro II e como o povo brasileiro o amaria.

— Vê o neto de Reis, de Pedro o filho... No seu paço, sem guardas que o defendam... Mas como o povo o ama! Como o guarda com paternal cuidado, e puro zelo... Da espontânea afeição... — declamou o poeta, diante de um imperador embevecido por ter sido incluído na fundação da cidade pelo próprio São Sebastião.

Dom Pedro II adorou e concluiu que ali estava o grande épico nacional, há tanto esperado. A nossa *Odisseia*. O nosso *Os lusíadas*. A nossa *A divina comédia*. Uma obra a entrar para a eternidade, ser louvada universalmente, inaugurar a “língua portuguesa brasileira”, correr mundo pelos séculos afora e recolher aplausos por onde passasse.

Não escondeu seu entusiasmo pelo poema: ali mesmo resolveu imprimir uma “edição imperial” de *A confederação dos tamoios*, com a mais rica e luxuosa encadernação possível. Paga com dinheiro público.

O entusiasmo, porém, não foi unânime. A maioria se decepcionou. Achavam que não era uma grande obra, de modo algum, e estava muito longe de ser o nosso épico nacional. Monumento da literatura pátria? Nem pensar. Mas quem se dispunha a falar a verdade diante de um monarca poderoso, teimoso, enaltecido e tão exaltado?

José de Alencar nem havia sido convidado para o sarau. Só teve contato com o poema quando publicado, em maio de 1856, numa edição realmente luxuosa, saída da famosa tipografia de Paula Brito, ao custo de mais de 6 contos de réis.

Paula Brito tinha uma livraria na Praça da Constituição, 78, muito próxima ao sobrado alugado por Alencar. O livro já circulava por outras livrarias, como a Mongie, a Laemmert, a Garnier e a Firmin Didot, todas entre as ruas do Ouvidor e da Quitanda. Mas foi na de Paula Brito que Alencar colheu as opiniões sinceras sobre o poema de Magalhães. Era ali, nos bancos colocados na parte externa, que, desde a sua inauguração havia três anos, intelectuais e políticos de todo tipo se reuniam para conversar.